Demonstrações Financeiras

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.

31 de dezembro de 2012 com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	. 1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	. 3
Demonstrações dos resultados	
Demonstrações dos resultados abrangentes	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Demonstrações do valor adicionado	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	Ċ

Centro Empresarial PB370

Praia de Botafogo, 370 8º Andar - Botafogo

Tel: (5521) 3263-7000 Fax: (5521) 3263-7001 www.ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionista da **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.** Bauru - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Responsabilidade dos auditores independentes--Continuação

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2013

ERNST & YOUNG TERCO Auditores Independentes S.S. CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Glaucio Dutra da Silva

Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4 - S - SP

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	147.078	5.149
Aplicações financeiras (Nota 4)	240.056	40.038
Créditos a receber (Nota 5)	12.716	10.790
Estoques	724	496
Impostos a recuperar	361	344
Adiantamentos diversos	293	411
Despesas antecipadas	649	680
Partes relacionadas (Nota 11)	536	-
Outros	189	154
	402.602	58.062
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6)	78.097	69.752
Depósitos judiciais	893	116
Outros	9	9
Imobilizado (Nota 7)	19.578	22.407
Intangível (Nota 8)	1.441.007	1.300.924
3 1 (141 1)	1.539.584	1.393.208
Total do ativo	1.942.186	1.451.270
Passivo Circulante Empréstimos e financiamentos (Nota 9) Debêntures (Nota 9) Fornecedores Salários e encargos sociais a recolher Impostos e contribuições a recolher Obrigações para direito de concessão (Nota 19b) Receita diferida (Nota 13) Partes relacionadas (Nota 11) Provisões (Nota 9) Outros	50.899 1.548 981 2.992 2.814 652 8.674 440 23.489 2.112	57.770 24.262 2.819 2.855 2.374 536 - - - 2.312
Nião sinoulante		
Não circulante Provisão de manutenção	20.534	14.000
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	521.159	419.849
Debêntures (Nota 9)	693.664	400.000
Obrigações legais vinculadas a processos judiciais (Nota 10)	549	299
Receita diferida (Nota 13)	49.714	11.662
rosona anonaa (rota 10)	1.285.620	845.810
Patrimânia líquida (Nata 14)		
Patrimônio líquido (Nota 14)	715.000	625,000
Capital social		625.000
Prejuízos acumulados	(153.035) 561.965	(112.468)
Total de naccius a natrimânia líquida		512.532
Total do passivo e patrimônio líquido	1.942.186	1.451.270

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo básico e diluído por lote de mil ações)

	2012	2011
Receita líquida de pedágio e acessórias	203.273	177.830
Receita de construção Receita operacional líquida (Nota 15)	185.561 388.834	218.189 396.019
Custo dos serviços prestados (Nota 16) Custos de construção	(133.916) (183.724)	(128.688) (211.834)
Lucro bruto	71.194	55.497
Despesas operacionais Gerais e administrativas Remuneração dos administradores (Nota 12) Depreciações Receitas financeiras (Nota 17) Despesas financeiras (Nota 17) Outras receitas Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social Imposto de renda e contribuição social (Nota 6) Prejuízo do exercício	(30.634) (1.170) (7.109) 8.537 (89.823) 92 (48.913) 8.346 (40.567)	(27.976) (1.086) (6.523) 5.401 (87.733) 601 (61.819) 30.369 (31.450)
Prejuízo por ação ordinária (básico e diluído) - R\$ (Nota 18) Prejuízo por ação preferencial (básico e diluído) - R\$ (Nota 18)	(0,0434) (0,0434)	(0,0414) (0,0414)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Prejuízo do exercício	(40.567)	(31.450)
Resultado abrangente no patrimônio líquido	-	_
Total do resultado abrangente líquido de impostos	(40.567)	(31.450)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2011	512.000	(81.018)	430.982
Aumento de capital Prejuízo do exercício	113.000 -	(31.450)	113.000 (31.450)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	625.000	(112.468)	512.532
Aumento de capital (Nota 14) Prejuízo do exercício	90.000	- (40.567)	90.000 (40.567)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	715.000	(153.035)	561.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

<u>-</u>	2012	2011
Prejuízo do exercício antes dos impostos Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa gerado pelas	(48.913)	(61.819)
atividades operacionais		
Margem bruta de construção	(1.837)	(6.355)
Depreciação e amortização	58.863	50.167
Amortização custos de transação debêntures	144	-
Baixa de imobilizado e intangível	107	365
Variações monetárias, cambiais e encargos	87.760	85.265
-	96.124	67.623
(Aumento) redução em ativos operacionais		
Contas a receber de terceiros	(1.926)	(1.932)
Estoques	(228)	329
Impostos a recuperar	(16)	(107)
Outras contas a receber	(35)	101
Adiantamentos	118	708
Partes relacionadas	(537)	3.092
Depósitos judiciais	(777)	(116)
Despesas antecipadas	31	132
-	(3.370)	2.207
Aumento (redução) em passivos operacionais	(0.0.0)	
Fornecedores	(1.838)	1.154
Impostos e contribuições a recolher	440	519
Salários e encargos sociais a recolher	137	332
Provisão para manutenção	6.533	7.975
Receita diferida	46.726	11.662
Outras obrigações e contas a pagar	169	536
- Land opinga good o contact a pagar	52.167	22.178
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	144.921	92.008
Atividades de investimento		
Aplicação financeira	(200.018)	(40.038)
Aquisição de imobilizado	(4.348)	(7.783)
Aquisição de intangível	(190.039)	(235.973)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(394.405)	(283.794)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e mútuos	182.678	590.110
Pagamento de empréstimos e mútuos	(495.146)	(841.669)
Juros pagos	(100.504)	`(68.749)
Debêntures emitidas	714.385	400.000
Aumento de capital	90.000	113.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	391.413	192.692
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	141.929	906
Caiva a acuivalentes de seive no infeio de averefeio	E 440	4.040
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.149	4.243
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	147.078	5.149
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	141.929	906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Receitas		
Receita operacional	222.775	194.418
Receita do contrato de construção	185.561	218.189
Outras	92	601
	408.428	413.208
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos do contrato de construção	(183.724)	(211.834)
Materiais, serviço de terceiros e outros	(83.373)	(86.278)
•	(267.097)	(298.112)
Valor adicionado bruto	141.331	115.096
Retenções		
Depreciação e amortização	(58.863)	(50.167)
Valor adicionado líquido pela companhia	82.468	64.929
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	8.537	5.401
Valor adicionado total a distribuir	91.005	70.330
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	30.667	27.855
Impostos, taxas e contribuições	11.371	(13.072)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	89.534	`86.997
Prejuízo do período	(40.567)	(31.450)
Valor adicionado distribuído	91.005	70.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa de Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo. A Companhia não possui ações ou quaisquer outros títulos de sua emissão negociados publicamente. A sede da Companhia está localizada na avenida Getúlio Vargas 20-59 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP, que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O Edital de nº 004/2008 atualmente é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

- SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km381, no entroncamento com a SP-327, Km32, Ourinhos; final do trecho no Km654, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul;
- II. SP-225: início do trecho no km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km0+000, Santa Cruz do Rio Pardo;
- III. SP-327: início do trecho no km0+000, no entroncamento com a SP-225, Km317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km32+443, no entroncamento com a SP-270, km381+703, e entroncamento com a BR-153, Km338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Sazonalidade da operação

O resultado operacional da Companhia é afetado pelo número e classes de veículos pedagiados, isto é, veículos comerciais e de passeio, que são impactados sensivelmente pela situação econômica regional e nacional, pelo o "efeito calendário", pois reflete a quantidade de dias úteis e/ou feriados em um determinado período de tempo com seu consequente reflexo no número de eixos-equivalentes no tráfego consolidado, e pelo ciclo da safra de grãos, tendo em vista que a área de concessão é um importante corredor de escoamento da produção de grãos na região da Concessão.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico com base de valor.

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação das demonstrações financeiras em 22 de fevereiro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis

a) <u>Contratos de concessão de serviços - ICPC 01 (R1) - "Contratos de Concessão"</u> <u>e OCPC 05 - "Contratos de Concessão"</u>

Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. Em decorrência da adoção dessa interpretação e resultante dos contratos de concessão rodoviárias que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Companhia reconheceu: (i) um ativo intangível que corresponde à cessão de uso dos bens que compõem a infraestrutura necessária para a realização dos serviços públicos, e devido à natureza dos seus contratos de concessão a Companhia não reconheceu um ativo financeiro correspondente ao valor que poderia ser devido, direta ou indiretamente, pelo Poder Concedente. O ativo intangível reconhecido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias está mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível está mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados e deduzidos da amortização acumulada.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao valor justo na mensuração inicial e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários a vista, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, acrescidos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

c) Instrumentos financeiros

i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não registrava ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento ou disponíveis para venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

c) <u>Instrumentos financeiros</u>--Continuação

ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente, classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro", no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

iii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos e recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem as contas a receber de clientes e partes relacionadas, outros ativos e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos concedidos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

iv) Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados:

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

c) <u>Instrumentos financeiros</u>--Continuação

iv) Passivos financeiros--Continuação

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar a partes relacionadas.

v) Valor de mercado

O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

d) Contas a receber de terceiros

As contas a receber referem-se, substancialmente, a receita de pedágio eletrônico, as quais são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

e) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

f) Despesas antecipadas

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

g) Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição, formação ou construção, que não esteja diretamente vinculado ao contrato de concessão, deduzida das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens (Nota 7).

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição acrescido dos encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso de equipamentos e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. É representado substancialmente pelo direito de concessão e outorga fixa, em atendimento ao ICPC - 01 (R1).

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável (Nota 8).

i) Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor contábil líquido excede o valor recuperável foi identificada. Sendo assim, não se faz necessária a constituição de provisão para recuperação de ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

j) Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos e debêntures são registrados pelos valores originais acrescidos dos juros e da atualização monetária incorrida até a data do balanço (Nota 9).

k) Custos dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de propriedades para investimento, que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia

Obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (Nota 10).

m) Provisão para manutenção

A Companhia provisiona, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção, com o ajuste a valor presente da obrigação.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

n) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo que um recurso econômico seja requerido para liquidação de alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridas e registradas por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

o) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras. A receita operacional é reconhecida quando da utilização pelos usuários das rodovias e quando da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incertezas na sua realização. Os gastos com a infraestrutura da concessão são contabilizados conforme o CPC 17 - "Contratos de Construção", ou seja, todo gasto com infraestrutura da concessão é contabilizado como custo da construção na demonstração do resultado do exercício e é apurada a receita de construção com uma margem, que no caso da companhia como há terceirização da obra, a margem é calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. Esta receita de construção tem como contrapartida o ativo intangível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

p) Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

		Alíqu	ıotas
Nome do tributo	Sigla	Receitas com pedágio	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	PIS COFINS	0,65% 3.00%	1,65% 7.60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	3,00% a 5,00%	3,00% a 5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta juntamente com o ISS (Nota 15).

A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme Portaria MT nº 245 de 27 de setembro de 2010 e do Ato Declaratório Executivo DRF/Bauru nº 59 de 04 de outubro de 2010. As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

p) <u>Tributação</u>--Continuação

O ativo fiscal diferido é constituído com base nas alíquotas conhecidas, sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, considerando os valores prováveis de realização conforme a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração (Nota 6).

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08 convertida na Lei nº 11.941/09 de 27 de maio de 2009.

q) Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

A determinação do julgamento e das estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos, quando aplicável; a provisão para manutenção; o imposto de renda e contribuição social diferidos; e as obrigações legais vinculadas a processos judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

r) Ajuste ao valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

s) Informações por segmento

A Companhia concentra suas atividades na exploração dos serviços previstos no contrato de concessão. A Companhia foi constituída com um propósito específico, possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

t) Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base no CPC 41 - "Resultado por Ação". O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

u) Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - "Demonstração dos Fluxos de Caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

v) <u>Demonstração do valor adicionado</u>

A demonstração do valor adicionado foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

x) Novos pronunciamentos contábeis

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. Adicionalmente, alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 1º de janeiro de 2013, sendo os impactos sujeitos a avaliação por parte da Administração da Companhia. Não são esperados impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

0040

0044

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2012	2011
Caixa geral	23	3
Numerário em trânsito	1.554	1.186
Bancos conta movimento	5.288	550
Fundo de troco	120	120
Operações compromissadas	-	3.290
Certificados de depósitos bancários - CDB	140.093	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	147.078	5.149
Certificados de depósitos bancários - CDB (conta reserva)	43.225	40.038
Certificados de depósitos bancários - CDB	89.323	-
Operações compromissadas	107.508	-
Saldo de aplicações financeiras	240.056	40.038

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras--Continuação

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de renda fixa junto a instituições financeiras de primeira linha, lastreadas por operações compromissadas em Debêntures indexadas a taxa de 80% a 104,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e por Certificados de Depósito Bancário - CDB indexados a taxa de 90% a 103,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As aplicações financeiras no montante de R\$ 43.225 em 31 de dezembro de 2012 foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deverá constituir de uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 6 (seis) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" até agosto de 2013; (ii) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2013; e (iii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2015."

5. Créditos a receber

	2012	2011
AVI - sem parar (i)	11.354	9.877
VISA - vale pedágio (i)	889	476
DBTRANS - vale pedágio (i)	300	260
Outros	173	177
	12.716	10.790

⁽i) Contas a receber referente a utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. Em 31 de dezembro de 2012 não havia valores vencidos nas contas a receber da Companhia. O prazo médio de recebimento é de 23 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

6. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Balanço patrimonial			
	20)12	20	011
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo fiscal e base negativa Diferenças temporárias	(266.229) 36.530	(266.229) 36.530	(208.860) 3.708	(208.860) 3.708
Base de cálculo	(229.699)	(229.699)	(205.152)	(205.152)
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda diferido	57.425	20.672	51.288	18.464
	Resultado			
	Imposto	de renda	Contribu	ção social
	2012	2011	2012	2011
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social Alíquota do imposto de renda e contribuição	(48.913)	(61.819)	(48.913)	(61.819)
social	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do período	12.228	15.455	4.402	5.564
Adições permanentes	(12.939)	9.503	(4.658)	3.421
Exclusões permanentes	6.848	(2.628)	2.465	(946)
Total dos impostos no resultado	6.137	22.330	2.209	8.039

A Companhia tem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos dentro do prazo estipulado. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Exercícios	2012
2014	430
2015	2.081
2016	6.115
2017	10.344
2018 em diante	59.127
	78.097

7. Imobilizado

	Prazo de depreciação em anos	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2012
Instalações	25	-	153	-	153
Máquinas e equipamentos	5	3.163	1.341	(1)	4.503
Móveis e utensílios	5	2.479	754	(15)	3.218
Veículos	5	1.420	452	(158)	1.714
Equipamentos de informática	5	27.258	1.599	(6)	28.851
Ferramentas e aparelhos	5	232	49	-	281
		34.552	4.348	(180)	38.720
Depreciação acumulada		(12.145)	(7.109)	112	(19.142)
Imobilizado liquido		22.407	(2.761)	(68)	19.578

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

	Prazo de depreciação em anos	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2011
Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios	5 5	1.330 2.040	1.835 452	(2) (13)	3.163 2.479
Veículos Equipamentos de informática	5 5	924 22.473	654 4.799	(158) (14)	1.420 27.258
Ferramentas e aparelhos	5	189 26.956	7.783	(187)	232 34.552
Depreciação acumulada		(6.261)	(5.957)	73	(12.145)
Imobilizado liquido		20.695	1.826	(114)	22.407

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não havia bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

Pela natureza dos bens integrantes de seu ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não foram identificados ativos qualificáveis a capitalização de custos de empréstimos.

Anualmente, o ativo imobilizado é submetido a análises de indicação de perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, após análise de fontes externas e internas de informação, os ativos não apresentaram qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia.

8. Intangível

	Prazo de amortização em anos	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2012
Direito de uso software	5	4.640	1.922	-	6.562
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	30	758.159	189.954	(150)	947.963
Outorga fixa	30	634.000	-	· <u>-</u>	634.000
· ·		1.396.819	191.876	(150)	1.588.545
Amortização acumulada		(95.895)	(51.754)	111	(147.538)
Intangível, líquido		1.300.924	140.122	(39)	1.441.007

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

8. Intangível -- Continuação

	Prazo de amortização em anos	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2011
Direito de uso software	5	3.663	977	-	4.640
Marcas e patentes	10	6	14	-	20
Direito de concessão	30	518.064	241.337	(1.242)	758.159
Outorga fixa	30	634.000	-	· -	634.000
-		1.155.733	242.328	(1.242)	1.396.819
Amortização acumulada		(52.676)	(44.210)	991	(95.895)
Intangível, líquido		1.103.057	198.118	(251)	1.300.924

O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

De acordo com o CPC 01(R1) - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro 2011 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores os seus valores de recuperação.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento da aquisição do direito de concessão no montante de R\$ 37.099 em 2011. A Companhia entende não haver a necessidade de capitalização de juros dos novos empréstimos, em virtude das obras constantes no seu programa de investimento serem executadas em curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não havia bens do ativo intangível dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro 2011, a conta empréstimos e financiamentos e debêntures estava composta da seguinte forma:

						2012		
							Atualização	
Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	Principal	Amortização	o Juros	monetária	Saldo
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	178.048	23.427	462	-	155.083
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	104.132	13.702	269	-	90.699
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	95.395	12.552	247	-	83.090
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	8.949	1.178	23	-	7.794
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2023	50.922	-	152	-	51.074
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	868	108	2	-	762
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2023	20.283	-	60	-	20.343
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2023	12.853	-	38	-	12.891
BNDES	TRIPCA	2,45% a.a.	15/3/2023	12.123	=	1.442	774	14.339
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	1.787	164	5	-	1.628
BNDES	TRIPCA	2,45% a.a.	15/3/2023	15.362	-	1.385	725	17.472
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2023	10.509	-	31	-	10.540
BNDES	IPCA	2.45% a.a.	15/3/2023	17.753	-	1.121	599	19.473
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2023	10.133	-	30	-	10.163
BNDES	TRIPCA	2,45% a.a.	15/3/2023	25.784	-	867	639	27.290
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/3/2023	12.305	-	37	-	12.342
BNDES	TJLP	2.45% a.a.	15/3/2023	15.310	-	46	_	15.356
BNDES	TRIPCA	2,45% a.a.	15/3/2023	11.077	_	118	98	11.293
BNDES	TRIPCA	2,45% a.a.	15/3/2023	10.227	-	109	91	10.427
Debêntures - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	380.000	_	769	1.329	382.098
Debêntures - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	370.000	_	780	1.294	372.074
(-) Custos de transação - Debêntures		-,,						(58.960)
Dependics								(50.500)
Total								1.267.271
Parcelas de curto prazo								52.448
Parcelas de longo prazo								1.214.823
						31/12/2	2011	
		Objeto			Indexador	Juros	Vencimento	Saldo
BNDES Direto					TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	173.989
BNDES Direto					TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	101.758
BNDES Direto					TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	93.220
BNDES Direto					TJLP	2,45% a.a.	15/3/2021	8.744
BNDES Direto					TJLP	2,45% a.a.	15/3/2023	51.106
BNDES Direto					TJLP TJLP	2,45% a.a. 2,45% a.a.	15/3/2021 15/3/2023	856 20.356
BNDES Direto BNDES Direto					IPCA	2,45% a.a. 2,45% a.a.	15/3/2023	12.361
Bradesco (Debentures)					CDI	2,45% a.a. 116,5%	18/1/2013	318.197
HSBC (Debentures)					CDI	116,5%	18/1/2013	106.066
Conta Garantida					CDI	CDI + 2,43% a.a.	20/6/2012	15.228
Total						,		901.881
Parcelas de curto prazo								82.032
Parcelas de longo prazo								819.849

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

Exercícios	R\$ mil
2014	67.061
2015	71.663
2016	71.663
2017	79.189
2018 em diante	1.051.268
	1.273.783

Debêntures - 1ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2010, foi aprovada a realização da primeira emissão pública de Debêntures Simples não conversíveis em ações da espécie quirografária da Companhia no valor de R\$ 400.000, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição nos termos da Instrução CVM nº 476/09 de 16 de janeiro de 2009.

A emissão foi coordenada pelo Banco Bradesco BBI (coordenador líder) e a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e composta por quarenta Debêntures, emitidas sob forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados com valor nominal unitário de R\$ 10.000, perfazendo o montante de R\$ 400.000.

Os recursos captados por meio da Emissão foram utilizados para quitação das obrigações principal e acessória da quarta emissão de notas promissórias.

As debêntures fizeram jus a uma remuneração equivalente a 116,5% da variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over extra grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP.

A emissão das debêntures ocorreu no dia 18 de janeiro de 2011, com vencimento em 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão a qual foi integralmente liquidada em 28 de dezembro de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures -- Continuação

Debêntures - 1ª Emissão --Continuação

O pagamento da remuneração foi realizado semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 18 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 18 de julho de 2011 e o último em 28 de dezembro de 2012, de forma antecipada.

As debêntures tiveram como garantia o penhor sobre a totalidade das ações que Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR possui da Companhia, cessão fiduciária de todos os direitos da Emissora emergentes do Termo de Contrato de Concessão e Cessão Fiduciária de todos os direitos creditórios da Emissora.

Debêntures - 2ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da Segunda Emissão de Debêntures Simples da Companhia, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 400, no valor de R\$ 750.000, emitidas em duas séries, sendo, "Debêntures da Primeira Série" e "Debêntures da Segunda Série".

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 750.000. A emissão se deu em duas (2) séries, sendo que para a Primeira Série foram emitidas 380.000 Debêntures no âmbito da Lei 12.431/11 e para a Segunda Série forma emitidas 370.000 as quais não contaram com os benefícios da Lei na Lei 12.431/11.

O prazo de vencimento das debêntures é de 12 (doze) anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024.

A emissão foi coordenada pelo Banco Bradesco - BBI, em conjunto com o Banco do Brasil - BI, Banco Votorantim e Banco HSBC.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Debêntures - 2ª Emissão--Continuação

Parte dos recursos obtidos por meio da emissão foi utilizada para o resgate antecipado da primeira emissão em sua totalidade (principal e juros) no valor de R\$ 415.191 O restante será utilizado para a viabilização e implementação de projetos de investimento de infraestrutura no corredor Raposo Tavares.

As debêntures terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos, contados a data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 e incidirão juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios serão pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2013 e o último pagamento na data de vencimento das debêntures.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 59.104 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, conforme CPC 08 (R1) - "Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliarios". Até 31de dezembro de 2012 R\$ 23.439 dos custos com a emissão ainda não haviam sido pagos aos agentes financeiros, assessores, advogados e consultores. Este montante foi liquidado em janeiro de 2013 e na data do balanço estão registrados no passivo circulante.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para apropriação dos encargos financeiros aos resultados dos exercícios:

Exercícios	R\$ mil
2013	(3.305)
2014	(3.120)
2015	(3.443)
2016	(3.223)
2017	(3.460)
2018 em diante	(42.553)
	(59.104)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A assinou contrato com o BNDES convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao "Subcrédito A", no montante de R\$ 377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011, onde foi descontado integralmente o valor original, juros e comissão do empréstimo ponte no montante de R\$ 273.637, restando o valor líquido de R\$ 103.938.

O montante de R\$ 377.575 deverá ser pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incorrerão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP.

O empréstimo Sênior além de alongar a dívida apresenta um custo menor à Concessão em relação ao empréstimo Ponte.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados sejam feitas. Do montante total contratado de R\$ 1.052.242, foi liberado pelo BNDES R\$ 613.821 até 31 de dezembro de 2012.

Slado dos subcréditos BNDES - Sênior (R\$ mil)								
Subcrédito	Valor do subcrédito (R\$)	Liberado até 31/12/2011	5ª Liberação 24/01/2012	6ª Liberação 15/02/2012	7ª Liberação 15/05/2012	8ª Liberação 15/08/2012	9ª Liberação 16/11/2012	Saldo a liberar
A TJLP	377.575	377.575	-	-	-	-	-	-
B - 1 TJLP	1.787	-	-	1.787	-	-	-	-
B - 2 TJLP	9.817	9.817	-	-	-	-	-	-
C TJLP	174.285	71.205	12.853	-	10.510	10.133	12.305	57.279
D TJLP	15.310	-	-	-	-	-	15.310	_
D - 1 IPCA	11.077	-	-	-	-	-	11.077	_
D - 2 IPCA	12.123	12.123	-	-	-	-	-	-
D - 3 IPCA	15.362	-	-	15.362	-	-	-	_
D - 4 IPCA	10.227	-	-	-	-	-	10.227	_
D - 6 IPCA	25.784	-	-	-		25.784	-	_
D - 8 IPCA	17.753	-	-	-	17.753	-	-	_
Total	671.100	470.720	12.853	17.149	28.263	35.917	48.919	57.279

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

BNDES - Sênior--Continuação

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos, assumirem novas dívidas acima do montante correspondente a 15% (quinze por cento) do faturamento bruto apurado nos últimos 12 meses. A administração da companhia entende que esta condição não foi violada. Adicionalmente, esse contrato de financiamento possui cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Os índices financeiros são:

- ► Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ► ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = EBITDA ajustado/(amortizações + juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): Manter índice ≥ 1,2.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2012, atendeu as referidas condições restritivas.

A liberação total aprovada monta R\$1.052.242 e está segregada em subcréditos conforme descrito abaixo:

Sub	Subcrédito Valor (R\$)		Prazo	Taxa juros
Α	TJLP	377.575	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2011	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
B - 1	TJLP	1.787		
B - 2	TJLP	9.817		
С	TJLP	174.285	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2013	
D	TJLP	15.310		
D - 1	IPCA	11.077	10 prestações anuais a partir de 15/03/2014	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da
D - 2	IPCA	12.124		taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 3	IPCA	15.363		
D - 4	IPCA	10.227		
D - 5	IPCA	6.388		
D - 6	IPCA	25.784		
D - 7	IPCA	44.048		
D - 8	IPCA	17.753		
E	TJLP	138.839	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2015	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
F	TJLP	33.988		
F - 1	IPCA	19.575	10 prestações anuais a partir de 15/03/2016	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da
F - 2	IPCA	28.159		taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 3	IPCA	34.354		
F - 4	IPCA	38.316		
F - 5	IPCA	15.454		
F-6	IPCA	22.019		
		1.052.242	_	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível e trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

a) Composição do risco

	31/12/2012						
Natureza		Probabilidade de perda					
	Provável	Possível	Remota	Total	Provisão		
Trabalhistas	448	2.282	180	2.910	448		
Cíveis	101	8.233	341	8.675	101		
	549	10.515	521	11.585	549		

		31/12/2011					
		Probabilid	ade de perda				
Natureza	Provável	Possível	Remota	Total	Provisão		
Trabalhistas	239	2.640	9	2.888	239		
Cíveis	60	6.174	634.046	640.280	60		
	299	8.814	634.055	643.168	299		

b) <u>Movimentação</u>

	Saldo Inicial 31/12/2011	Adições	Baixas	Saldo final 31/12/2012
Trabalhistas	239	292	(83)	448
Cíveis	60	55	(14)	101
Valor Provisionado	299	347	(97)	549

Contingências cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Obrigações legais vinculadas a processos judiciais--Continuação

Contingências trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

Adicionalmente, a Companhia é ré em diversos processos os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis às probabilidades de perda, estimadas em R\$ 9.745 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 8.814 em 31 de dezembro de 2011).

11. Transações com partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas as taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em relação aos mútuos realizados entre as companhias do Grupo Invepar e seus acionistas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas sociedades para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes e aprovados pelos órgãos da administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Transações com partes relacionadas--Continuação

		31/12/2012				
	Relação da	Relação da Ativo				Resultado
	parte com a Companhia	Circulante	Não circulante	Passivo circulante	Resultado (custo)	(despesa financeira)
Linea Amarilla SAC OAS S.A.	Ligada Controlador	465	-	-	-	-
Investimentos e Participações em	indireto Controladora	-	-	-	(135.436)	-
Infraestrutura S.A Invepar	direta	71	-	440	(5.182)	(322)
·		536	-	440	(140.618)	(322)
	Relação da			31/12/2011		
	parte com a	Α	tivo	Passivo	Resultado	Resultado
	Companhia	Circulante	Não circulante	Circulante	(custo)	(despesas)
OAS S.A. Linha Amarela S.A. LAMSA	Controlador indireto Ligada	-	-	-	(159.761)	- (512)
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A INVEPAR	Controladora direta	-	-	-	(3.228)	(653)
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A Metrô Rio	Ligada	-	-	-	-	(25)
		-	-	-	(162.989)	(1.190)

Serviços - ativo

Em 05 de março de 2009, foi celebrado entre a Companhia e a parte relacionada OAS S.A., o contrato de execução das obras civis, compreendendo projetos funcionais e executivos dos serviços de recuperação, ampliação e melhorias no sistema rodoviário Raposo Tavares. Os preços e as quantidades, quando aplicável, estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, o qual é fiscalizado pela ARTESP.

O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de cinco anos, é o de empreitada e o preço global acordado entre as partes foi de R\$ 1.078.096, devendo os pagamentos, serem realizados nas seguintes condições:

- Adiantamento no montante de R\$ 57.276, realizado em 19 de março de 2009, que foi amortizado durante os doze primeiros meses de execução dos serviços, através de descontos mensais nas medições destes serviços, quitado em 30 de abril de 2010.
- ii) Parcelas mensais conforme a execução dos serviços com base no cronograma físico-financeiro do respectivo contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

11. Transações com partes relacionadas--Continuação

O preço global será reajustado a cada período de doze meses conforme fórmula paramétrica constante no contrato. Excepcionalmente, independente do reajuste que será auferido com a aplicação desta fórmula, os preços contratuais serão reajustados sempre que esta variação indicar o percentual igual ou superior à meta inflacionária divulgada pelo Banco Central do Brasil. O saldo do contrato de obra com a OAS S.A.. Em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 537.604 (R\$ 654.750 em 31 de dezembro de 2011).

Mútuo financeiro passivo

Em 06 de janeiro de 2012, a CART firmou contrato de mútuo com a INVEPAR no montante de R\$ 30.000, com prazo de vencimento de 30 dias, prorrogáveis por períodos iguais sucessivos até o limite de 120 dias, e com encargos financeiros de 100% do CDI mais 0,20% ao mês. Em 16 de fevereiro de 2012 essa operação foi liquidada.

12. Remuneração dos administradores

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica, no montante de R\$ 1.170 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 1.086 em 31 de dezembro de 2011).

	31/12/2012	31/12/2011
	Diretores	Diretores
Pró-labore	910	894
Encargos	184	122
Benefícios	76	70
	1.170	1.086

A Companhia não concede benefícios pós emprego ou a longo prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receita diferida

Em 30 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou contrato de longo prazo, com vencimento em 16 de março de 2039, referente à locação de infraestrutura de fibra óptica pela TIM Celular S.A. No curso do processo de negociação a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 53.067, sendo R\$ 11.662 recebido em 2011 e R\$ 41.405 em 2012, equivalente ao montante total dos serviços contratados. Este montante encontra-se segregado passivo entre não circulante no valor de R\$ 49.714 e R\$ 1.971 no passivo circulante, e está sendo apropriado ao resultado a partir da disponibilização dos ativos locados e pelo prazo de locação contratado.

Em 03 de julho de 2012, a Companhia celebrou contrato referente à locação de infraestrutura de fibra óptica pela TNL PCS S.A. (OI). No curso da negociação a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 1.746, equivalente ao montante total dos serviços contratados. Este montante encontra-se registrado no passivo circulante no valor de R\$ 1.320, e está sendo apropriado ao resultado a partir da disponibilização dos ativos locados ocorrida em 03 de outubro de 2012, e pelo prazo de doze meses.

Em 09 de julho de 2012, a Companhia celebrou contrato de curto prazo, com vencimento em 30 de junho de 2013, referente à locação de infraestrutura de fibra óptica pela Alcatel-Lucent Brasil S.A.. No curso da negociação a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 10.617, equivalente ao montante total dos serviços contratados. Este montante encontra-se registrado no passivo circulante no valor de R\$ 5.383, e está sendo apropriado ao resultado a partir da disponibilização dos ativos locados e pelo prazo de locação contratado.

14. Patrimônio líquido

Em 30 de abril de 2012, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$ 55.000, mediante emissão de 46.646.955 ações ordinárias e 46.646.955 ações preferenciais todas sob a forma nominativa e sem valor nominal. Até 30 de junho de 2012 foi integralizado o montante de R\$ 30.000, sendo o saldo restante de R\$ 25.000 integralizado em 17 de julho de 2012.

Em 31 de agosto de 2012, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$ 35.000, mediante emissão de 32.146.076 ações ordinárias e 32.146.076 ações preferenciais todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, integralizado em 28 de setembro de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido--Continuação

Em 31 de dezembro de 2012, o limite do capital autorizado da Companhia é de R\$715.000 (R\$ 625.000 em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia está assim representado:

	31/12/2012				
	Número de ações	% de participação	Ações ordinárias	Ações preferenciais	
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A INVEPAR	1.026.969.956	100	513.484.978	513.484.978	
		31/12			
	Número de ações	% de participação	Ações ordinárias	Ações preferenciais	
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A INVEPAR Construtora OAS Ltda.	869.383.893 1	99,99 0,01	434.691.946 1	434.691.947 -	
	869.383.894	100,00	434.691.947	434.691.947	

As ações preferenciais não terão direito a voto e possuirão os mesmos direitos de participação nos resultados da sociedade conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da sociedade, e terão, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

15. Receita operacional líquida

	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta de pedágio	215.426	194.080
Receitas acessórias	7.349	338
Receita de contrato de construção	185.561	218.189
Deduções da receita	(19.502)	(16.588)
	388.834	396.019

31/12/2012

31/12/2011

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Custo dos serviços prestados

	31/12/2012	31/12/2011
Prestadores de serviços	(49.832)	(52.291)
Operacionais	(8.750)	(8.280)
, Amortização	(51.754)	(43.691)
Provisão	(6.772)	(8.154)
Pessoal	(8.658)	(8.132)
Custos contratuais da concessão	(8.150)	(8.140)
	(133.916)	(128.688)

17. Resultado financeiro líquido

31/12/2012	31/12/2011
3	145
14	18
5.509	5.238
3.011	-
8.537	5.401
(1.628)	(1.732)
(82.306)	(85.170)
(290)	(736)
(5.454)	(95)
(145)	· -
(89.823)	(87.733)
(81.286)	(82.332)
	3 14 5.509 3.011 8.537 (1.628) (82.306) (290) (5.454) (145) (89.823)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	2012		2011			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico Prejuízo líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais Denominado básico e diluído Média ponderada das acões	(20.284)	(20.283)	(40.567)	(15.725)	(15.725)	(31.450)
(em milhares)	466.943	466.943	933.886	380.241	380.241	760.482
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,0434)	(0,0434)	-	(0,0414)	(0,0414)	-

A Companhia não possui instrumentos diluidores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

19. Compromissos com a concessão

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

19. Compromissos com a concessão--Continuação

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e moveis), postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes (Presidente Bernardes e Caiuá);
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pelo direito de exploração do sistema rodoviário, os seguintes montantes:

Outorga fixa

Valor fixo de R\$ 634.000 a favor do DER/SP foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

II. Outorga variável

Valor correspondente a 3% (três por cento) da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia, a ser pago mensalmente. O compromisso, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$ 52 (R\$ 536 em 31 de dezembro de 2011).

Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 6.567 (R\$ 5.787 em 2011) referente à outorga variável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

19. Compromissos com a concessão--Continuação

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

- Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$ 114.613. Vigência de 12 meses.
- 2. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$ 120.280. Vigência mínima de 12 meses.

d) Recursos financeiros

A Companhia iniciou suas operações em 17 de março de 2009. Os recursos financeiros necessários para o cumprimento dos investimentos e do pagamento da outorga serão obtidos através de aporte de capital pela acionista e captação no mercado de capitais.

20. Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, que foram contratados seguindo as orientações da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP e obrigações previstas no Contrato de Concessão, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência	Seguradora	Objeto
Garantia ampliações	R\$ 120.280	16/03/2012 a 16/03/13	Austral Seguradora	(a)
Garantia funções oper.	R\$ 114.613	16/03/2012 a 16/03/13	Austral Seguradora	(b)
Responsabilidade civil	R\$ 35.000	01/08/2012 a 01/08/13	Tókio Marine	(c)
Riscos operacionais	R\$ 200.000	01/08/2012 a 01/08/13	Tókio Marine	(d)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Cobertura de seguros--Continuação

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Publica Internacional nº 004/2008.
- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Publica Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16 integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/u particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

21. Instrumentos financeiros e concentração de risco

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros e concentração de risco--Continuação

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2012 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber e empréstimos e financiamentos e debêntures.

Nos termos da Deliberação CVM n° 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros e concentração de risco--Continuação

c) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação do DI diário, TJLP e IPCA.

d) Análise de sensibilidade

As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros às variáveis que apresentam risco de oscilação são apresentadas abaixo:

Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade em três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia com 25% e 50% de deterioração de cada índice.

As taxas consideradas foram:

	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Indicador	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
CDI	6,94%	8,68%	10,41%
TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
IPCA	5,84%	7,30%	8,76%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros e concentração de risco--Continuação

d) Análise de sensibilidade--Continuação

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

			Juros a incorrer			
			Cenário I	Cenário II	Cenário III	
Instrumento	Vencimento Risco		Provável	Adverso possível	Adverso extremo	
Caixa e equivalente de caixa		Alta taxa DI	7.895	9.869	11.843	
Aplicação financeira		Alta taxa DI	18.972	23.715	28.458	
Debêntures	Dez/2024	Alta no IPCA	48.248	60.310	72.372	
BNDES Sênior	Mar/2021	Alta na TJLP	23.588	29.485	35.382	
BNDES Sênior	Mar/2023	Alta no IPCA	5.857	7.321	8.786	

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros DI, TJLP e IPCA, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela administração, como de primeira linha.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros e concentração de risco--Continuação

e) Exposição a riscos de crédito--Continuação

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresenta valores a receber da CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. no montante de R\$ 11.355, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

f) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, ou demais instrumentos financeiros atrelados em 31 de dezembro de 2012.

q) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2012, os valores de mercado das contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras, devido à sua natureza de curto prazo.

Quanto aos empréstimos e financiamentos e debêntures, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados nas demonstrações financeiras devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis de mercado.

h) Exposição a risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.